

Programa de
Pós-Graduação
em Direito

ANUÁRIO 2023

UFPI



M433a

Matos, Nelson Juliano Cardoso; Lima, Éfren Paulo Porfírio de Sá; Araújo Neto, Raul Lopes de; Matos, Deborah Dettmam.

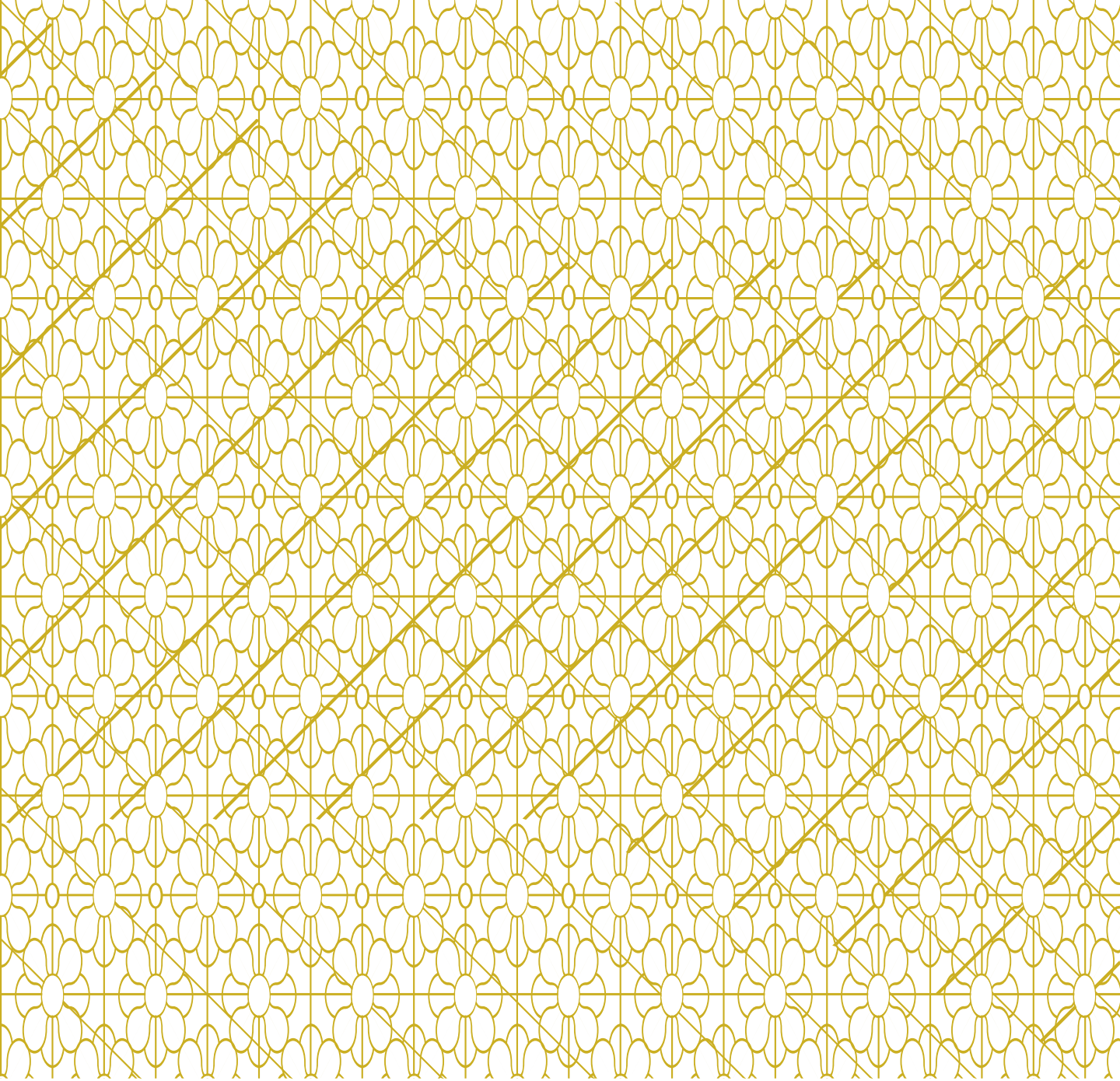
Anuário do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPI. Teresina: Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPI, 2023.

91 p.

ISBN

1. Normalização bibliográfica. 2. Mestrado. 3. Dissertações. I. Matos, Nelson Juliano Cardoso Matos. II. Programa de Pós-Graduação em Direito.

CDD – 001.42



ANUÁRIO

PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM
DIREITO

2023

APRESENTAÇÃO

Este Anuário do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPI contém a descrição das principais informações sobre a estrutura e sobre a dinâmica do Curso de Mestrado em Direito da UFPI. Ao final, contém, também, um roteiro útil ao mestrando com informações básicas sobre as principais rotinas acadêmicas, desde a matrícula institucional até a expedição do diploma.

Teresina, fevereiro de 2023.

Nelson Juliano Cardoso Matos

Raul Lopes de Araújo Neto

Éfren Paulo Porfírio de Sá Lima

CRIAÇÃO DO MESTRADO



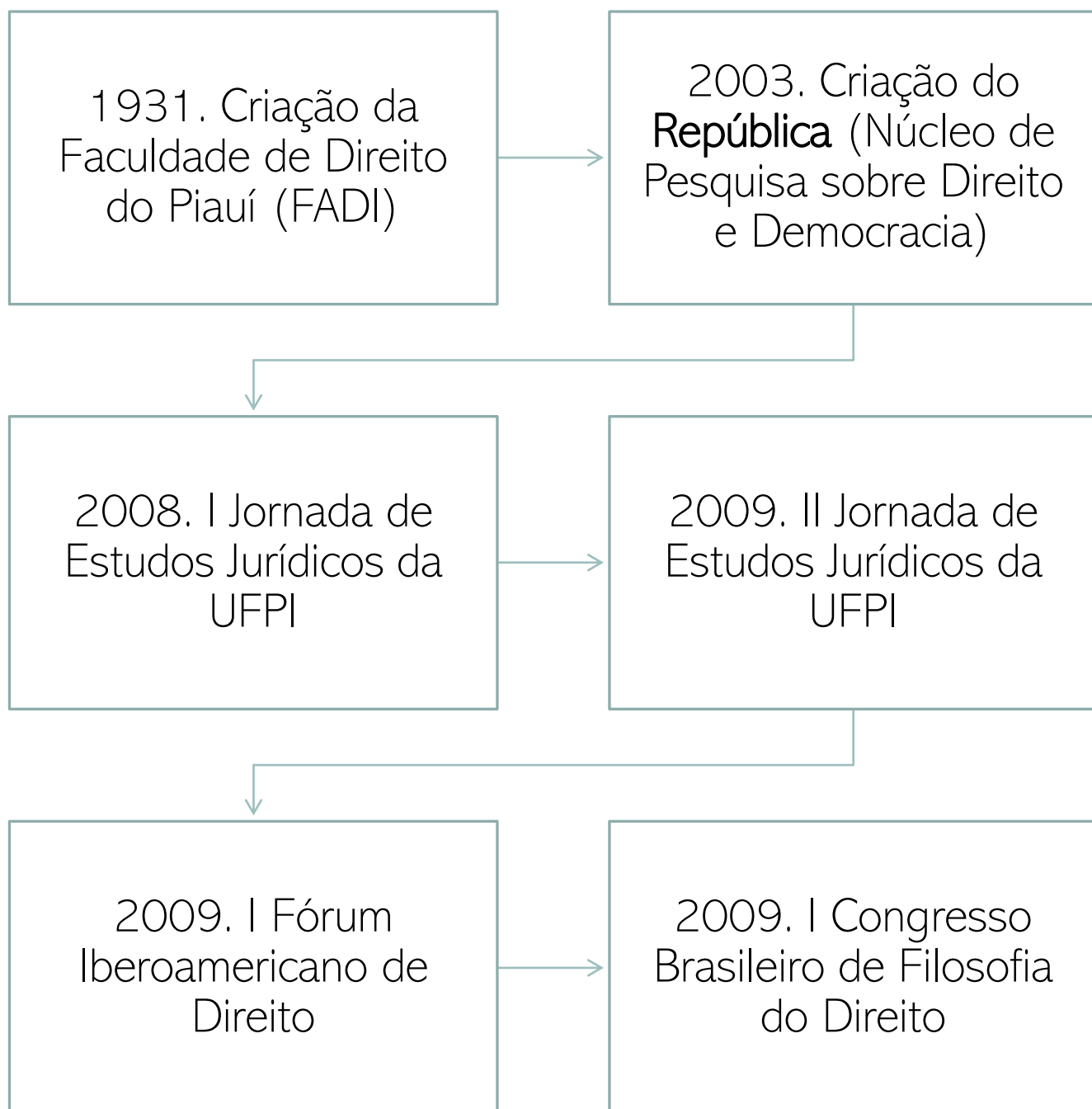
O Mestrado Acadêmico em Direito da Universidade Federal do Piauí foi instituído pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFPI, em novembro de 2017, e autorizado pela CAPES em dezembro de 2018. A primeira seleção para ingresso de alunos ao Mestrado foi realizada entre janeiro e abril de 2019 e a primeira turma do Mestrado iniciou suas atividades em maio do mesmo ano.

CRIAÇÃO DO MESTRADO

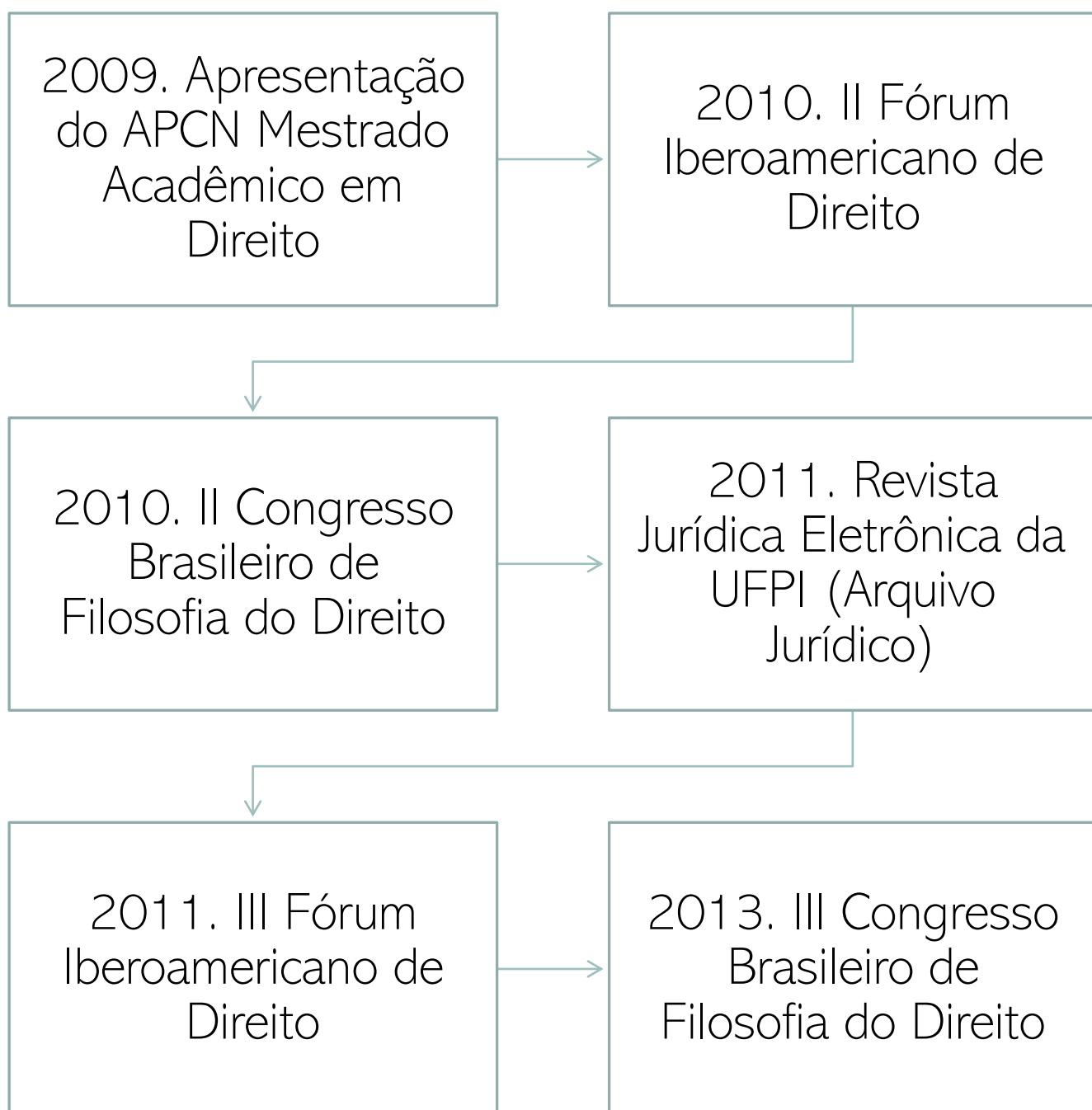


O percurso para a instalação do primeiro mestrado em Direito do Piauí teve início com a criação do Núcleo de Pesquisa sobre Direito e Democracia (República), em 2003; com a promoção de uma política de ingresso e de qualificação do corpo docente, entre 2008 e 2018; com a criação da Revista Jurídica Eletrônica da UFPI (Arquivo Jurídico), em 2011 (atualmente com o conceito Qualis B2); e com a designação da Comissão Especial para a Elaboração do APCN, em 2017.

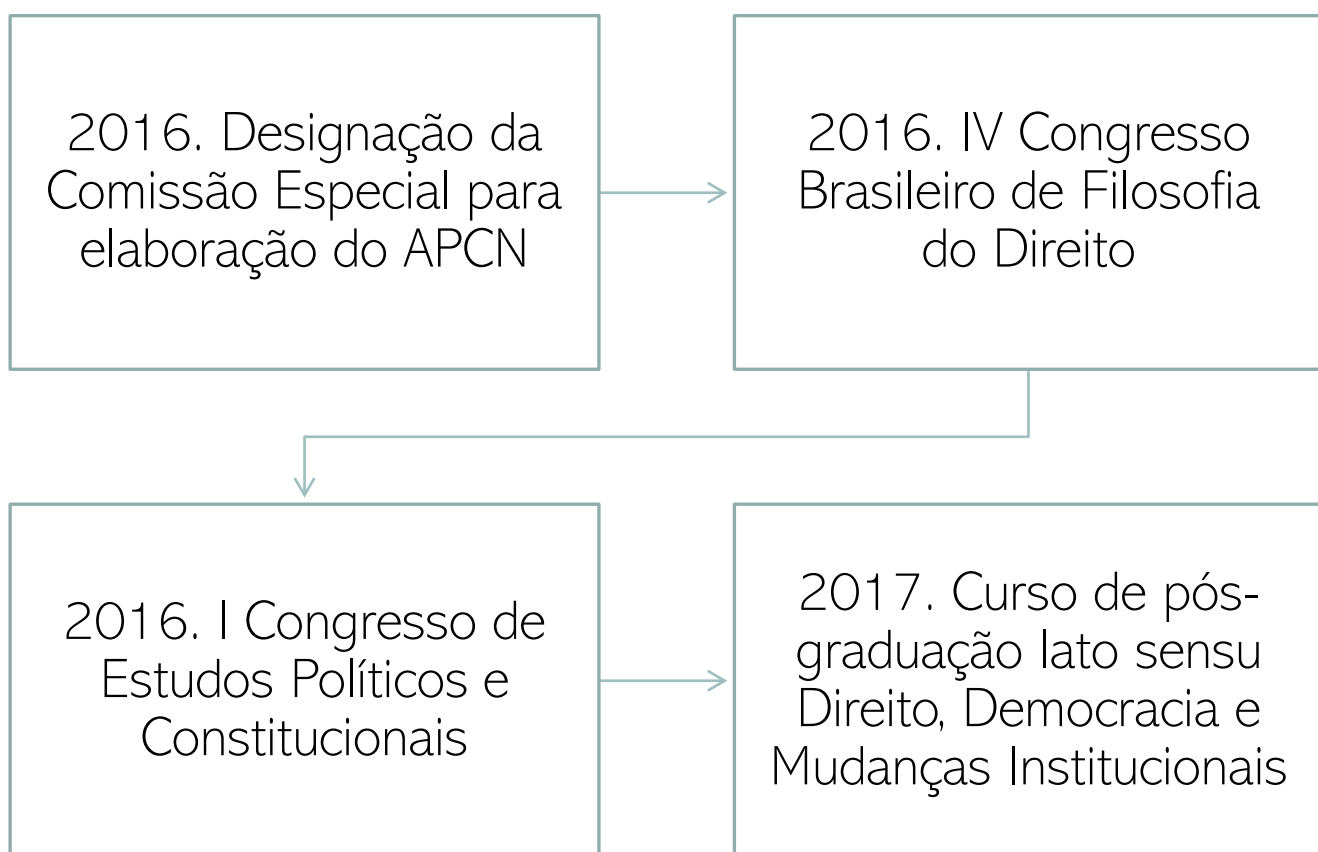
ANTECEDENTES DO MESTRADO



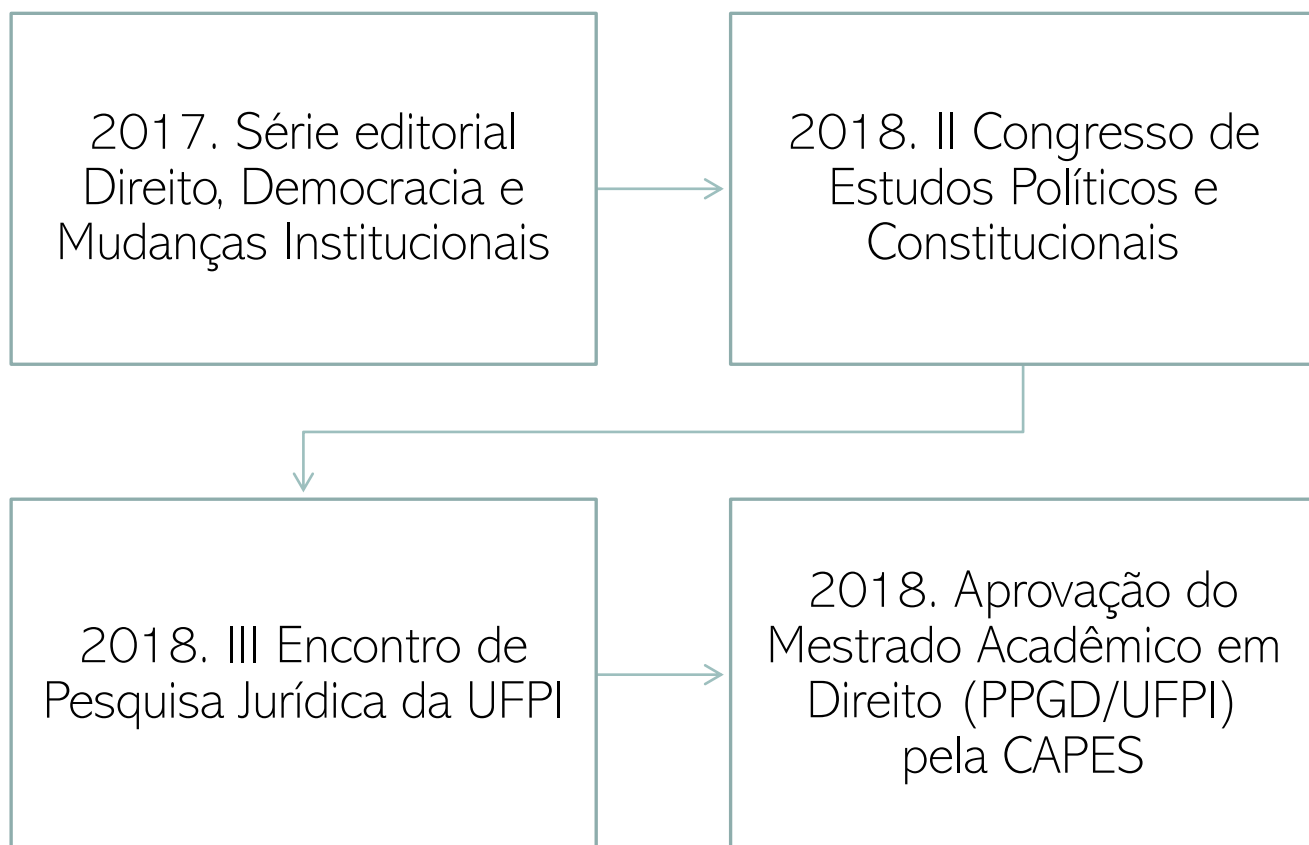
ANTECEDENTES DO MESTRADO



ANTECEDENTES DO MESTRADO



ANTECEDENTES DO MESTRADO



CONTEXTUALIZAÇÃO

ESTRATÉGICO:
RELEVÂNCIA REGIONAL



O Mestrado em Direito da UFPI é o único do Piauí, atendendo a demanda adicional do leste do Maranhão e do oeste do Ceará. A demanda é significativamente alta, na proporção de 29 cursos de graduação em Direito no estado. Estima-se que, dos docentes dos cursos de graduação no Piauí, apenas 34% possuem o título de mestre em Direito e 5% o título de doutor. O Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPI é estratégico para equilibrar essa deficiência no ensino superior da área jurídica.

CONTEXTUALIZAÇÃO

TRADIÇÃO E EXCELÊNCIA



O Direito da UFPI possui tradição de excelência. O curso de graduação da UFPI foi criado em 1931, como Faculdade de Direito do Piauí, sendo o 16º curso jurídico do País. Durante 63 anos (até 1994) foi o único curso de Direito do estado. Nos últimos anos, o curso de Direito da UFPI se destacou com os melhores resultados do ENAD/INEP (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes) e do Exame da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), recebendo o conceito 5 do INEP e o selo OAB Recomenda.

CONTEXTUALIZAÇÃO

CENTRO DE PESQUISA JURÍDICA

O Mestrado em Direito da UFPI foi criado a partir do República – núcleo de pesquisa sobre direito e democracia, em funcionamento ininterrupto desde 2003. A partir da instituição do Mestrado, foram criados outros doze grupos de pesquisa vinculados ao PPGD/UFPI. São eles:

Mudanças na ordem privada, Núcleo de pesquisa da justiça, Instituto de estudos políticos e constitucionais, Relações de consumo na contemporaneidade, Direito econômico e desenvolvimento, Sistema de seguridade social, Direitos coletivos no contexto da democracia e dos direitos humanos, Núcleo de estudos políticos e eleitorais, Ordem social e econômica na redução da desigualdade e Direito civil XXI.

CONTEXTUALIZAÇÃO

INTEGRAÇÃO

No entorno do Mestrado em Direito da UFPI, importantes eventos são articulados com regularidade e impacto:

4 edições do Fórum Iberoamericano de Direito (2019, 2011, 2010 e 2009)

5 edições do Congresso Brasileiro de Filosofia do Direito (2020, 2016, 2013, 2010 e 2009)

5 edições do Encontro de Pesquisa Jurídica (2021, 2020, 2018, 2014 e 2011)

2 edições do Congresso de Estudos Políticos e Constitucionais (2018 e 2016)

2 edições da Jornada de Estudos Jurídicos (2009 e 2008)

3 edições do Seminário Internacional sobre Constitucionalismo (2022, 2021 e 2020)

Congresso do PPGD/UFPI (2019)

Colóquio Direito e Mudanças Institucionais (2019)

CONTEXTUALIZAÇÃO



V Congresso Brasileiro de Filosofia do Direito
V CONFID
OS LIMITES ÉTICOS ENTRE O LÍCITO E O ILÍCITO EM TEMPOS DE PANDEMIA
6 e 7 de Agosto de 2020

Link na B

Apóio:

PPGD UFPI FACULDADE DE DIREITO

Lênio Luiz Streck
Mestre e doutor em Direito pela UFSC, pós-doutor pela Universidade de Lisboa; professor titular do PPG em Direito da UNISISNO/RS

Renata Gil
Doutora em Direito, Juíza de Direito do Rio de Janeiro, presidente da AMB - Associação dos Magistrados do Brasil

PALESTRANTES

Olivia Brandão

Francisco Gerson Marques de

I Congresso de Estudos Políticos e Constitucionais

25 e 26 de Novembro de 2016

Local: Auditório da OAB/PI Inscrição: www.oabpi.org.br/inscricao
Carga Horária: 20 h/a Investimento: 1Kg de alimento não perecível

***Edital para Chamada de Trabalhos Científicos (Disponibilização do edital no site)**

Informações: (86) 2107-5823/5828

OAB OAB/ESA

Associação de Estudos Políticos e Constitucionais

Instituto Brasileiro de Estudos Políticos e Constitucionais

"A PÁTRIA"; óleo/teia; autoria Pedro Braz; Acervo Museu da República; Instituto Brasileiro de Estudos - Ilheus, Ministério da Cultura - Minc; Imagem de artefatos /2016/

CONTEXTUALIZAÇÃO

POLÍTICA EDITORIAL

A Revista Jurídica Eletrônica da UFPI (Arquivo Jurídico), vinculada ao PPGD/UFPI, funciona regularmente desde 2011, e recebeu o conceito B2 na classificação do Qualis Periódicos.



CAPA SOBRE ACESSO CADASTRO PESQUISA ATUAL ANTERIORES NOTÍCIAS

Capa > v. 8, n. 2 (2021)

Revista Jurídica Eletrônica da UFPI

ARQUIVO JURÍDICO – Revista Jurídica Eletrônica da Universidade Federal do Piauí / ISSN 2317-918X
Periódico acadêmico semestral

CHAMADA DE ARTIGOS PARA PUBLICAÇÃO
(revistas.ufpi.br/index.php/ra)

A Arquivo Jurídico (ISSN 2317-918X), revista jurídica eletrônica da Universidade Federal do Piauí - UFPI, classificada como B2 pela comissão Qualis Direito/CAPEs, convida os interessados a submeter artigos para a publicação.

A Arquivo Jurídico (ISSN 2317-918X) é uma publicação semestral online da Universidade Federal do Piauí e tem por objetivo a difusão de estudos nas áreas jurídicas e afins. A Revista utiliza o sistema open Journal (OJS) e oferece acesso livre e imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público e proporcionar maior democratização mundial do conhecimento. O seu acesso é feito pelo site: revistas.ufpi.br/index.php/ra.

Sob a linha pesquisa "Direito, democracia e mudanças institucionais", a Arquivo Jurídico (ISSN 2317-918X) é um meio gratuito de se divulgar os resultados de pesquisas de qualidade na área jurídica. Os artigos que serão submetidos à Revista terão analisados o ineditismo, a relevância, a oportunidade, além do mérito e outras características.

Podem ser submetidos artigos científicos, artigos de revisão, artigos de atualização, estudo de caso e ensaios todos inéditos, comentários de jurisprudência nacional, estrangeira e internacional resultados de pesquisas realizadas em universidades brasileiras e do exterior. Seguem algumas sugestões para a apresentação dos trabalhos que poderão apilizar a sua apreciação:

O trabalho deverá conter entre dez (10) e trinta (30) páginas, indicar o título, o autor (até dois coautores), as informações sobre o vínculo institucional do autor e sua titulação (pelo menos um dos autores deve ser mestre ou doutor), o resumo (em português e em inglês), as palavras-chave (em português e em inglês), o corpo do texto poderá ser em português, espanhol ou inglês, as referências ao final e adotar a seguinte formatação (além das instruções no link Diretrizes para Autores): a) Tamanho da folha: A4; b) Margens: superior, esquerda, inferior e direita de três centímetros (3 cm); c) Alinhamento: justificado; d) Fonte: Times New Roman, normal, tamanho 12 (corpo de texto); tamanho 14 (título); e tamanho 10 (citações); e) Espaçamento entre linhas: 1,5 para o texto e simples para citações longas.

O currículo do autor deverá ser breve e específico, além de indicar a vinculação institucional e o e-mail. O resumo deverá ter no máximo duzentos e cinquenta palavras. Até cinco expressões nas palavras-chave. Devem ser utilizadas apenas para citações curtas (as citações longa deverão ter formatação espacial) e itálico para conceitos ou palavras em língua estrangeira. As citações devem ser referenciadas pelo sistema de chamadas AUTOR-DATA. A exatidão das notas, assim como o ineditismo do texto apresentado, são de responsabilidade exclusiva de seu autor.

O simples recebimento do trabalho não obriga sua publicação. Os trabalhos são avaliados por revisores ad hoc, assegurada a imparcialidade das análises através de sistema double blind review, em que autores desconhecem os avaliadores e vice-versa. Os trabalhos selecionados não geram qualquer direito por parte de seus autores, não sendo estes remunerados. Além disso, quando do encaminhamento já se pressupõe autorização para publicação. O setor de revisão poderá efetuar alterações de ordem editorial (formal, ortográfica, gramatical) nos originais, respeitado o estilo. A opinião do autor sempre será respeitada, não sendo possível qualquer alteração de conteúdo.

Os trabalhos deverão ser enviados para a nossa página eletrônica www.revistas.ufpi.br/index.php/ra, com o prévio cadastramento dos autores.

ISSN 2317-918X

Qualis B2 UFPI PPGD UFPI

OPEN JOURNAL SYSTEMS

Ajuda do sistema

USUÁRIO

Login

Senha

Lembrar usuário

NOTIFICAÇÕES

- Visualizar
- Assinar

CONTEÚDO DA REVISTA

Pesquisa

Escopo de Busca

Todos

Procurar

- Por Edição
- Por Autor
- Por Título
- Outras revistas

INFORMAÇÕES

- Para leitores
- Para Autores
- Para Bibliotecários

TAMANHO DE FONTE

A A A

CONTEXTUALIZAÇÃO

POLÍTICA EDITORIAL

Além de diversas publicações autorais e coletâneas promovidas pelos professores, o PPGD/UFPI também promove cinco séries editoriais:

Direito, Democracia e Mudanças Institucionais (2021, 2019 e 2018)

Estudos de Política e Direito Constitucional (2019 e 2017)

Novos Paradigmas na Ordem Privada (2021 e 2019)

Pensar Direito (2021 e 2012)

Ensaio do República (2021)

CONTEXTUALIZAÇÃO



SITUAÇÃO ATUAL

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO

Direito, Democracia e Mudanças
Institucionais

LINHAS DE PESQUISA

Mudanças Institucionais, Constituição,
Democracia e Justiça;

Mudanças Institucionais e Efetividade do
Direito na Ordem Social e Econômica; e
Mudanças Institucionais na Ordem Privada

SITUAÇÃO ATUAL

CORPO DOCENTE



12 docentes

CORPO DISCENTE



50 alunos ativos

35 egressos

RELEVÂNCIA E IMPACTO

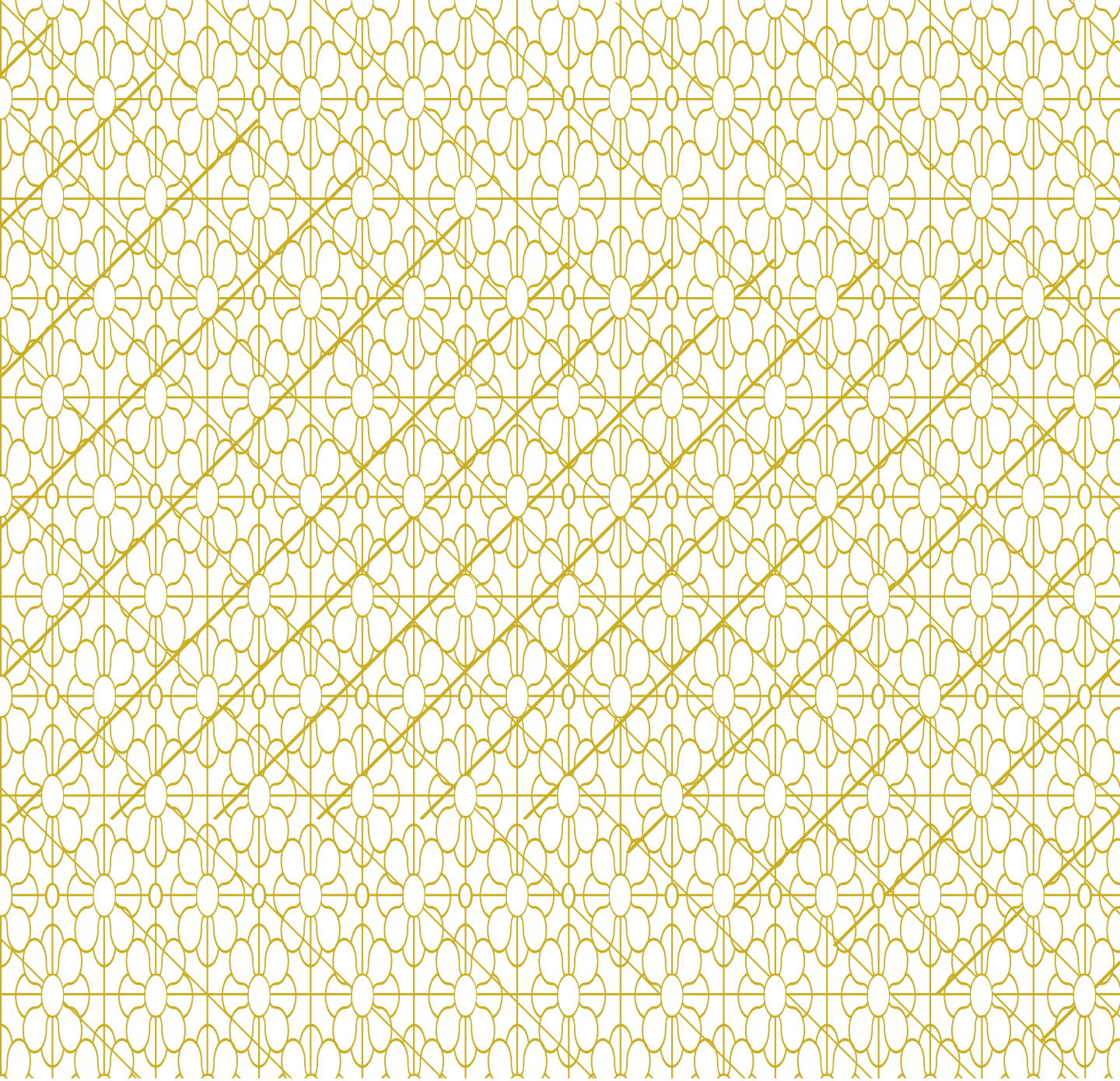
O Mestrado em Direito da UFPI produzirá três resultados a curto prazo:

- (a) qualificação do corpo docente dos cursos de graduação em Direito, (b) efetivação de pesquisa jurídica direcionada para problemas e demandas locais e regionais e (c) integração dos pesquisadores locais às redes nacional e internacional de pesquisa jurídica.



A médio prazo, as atividades do Mestrado em Direito permitirão:

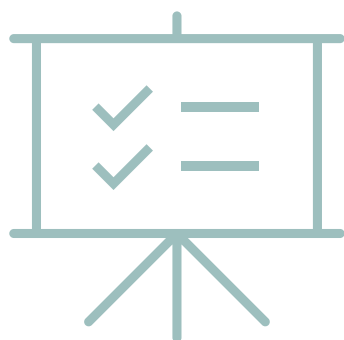
- (a) induzir um centro de excelência em pesquisa jurídica na área de concentração do Programa, e (b) elaborar o APCN para doutorado em Direito.



PROPOSTA ACADÊMICA

OBJETIVOS

O objetivo geral do PPGD/UFPI é a formação de mestres qualificados para a docência e para a pesquisa na área do Direito; essa qualificação importa nas habilidades do rigor e da crítica metodológicos e no embasamento teórico e dogmático pertinente às três linhas de pesquisa do Mestrado.



OBJETIVOS

Em torno do objetivo geral, para a sua consecução, como corolário dele ou como seu desdobramento, os objetivos específicos do PPGD/UFPI são:

(a) estimular e qualificar a pesquisa científica na área do direito; (b) qualificar, com o mestrado, o corpo docente dos cursos de graduação da região, principalmente do Piauí, do leste do Maranhão e do oeste do Ceará; (c) para além da qualificação de pesquisadores e docentes, qualificar profissionais de outras áreas do Direito; (d) produzir estudos sobre o tema da área de concentração, direito e mudanças institucionais, particularmente visando a responder a problemas e demandas locais e regionais; (e) integrar os pesquisadores locais às redes nacional e internacional de pesquisa jurídica.

PERFIL DO EGRESSO

O egresso do Mestrado em Direito da UFPI deverá estar qualificado para, primeiramente, realizar pesquisa jurídica crítica e rigorosa metodologicamente, com sólido fundamento teórico e dogmático. A depender da área de atuação profissional do egresso, espera-se, também, que possa aplicar essas mesmas habilidades na atividade do magistério superior e em outras profissões jurídicas, como o exercício da advocacia, da magistratura, do ministério público e de assessoria e consultoria jurídicas. Em relação às habilidades para a pesquisa jurídica, espera-se que sejam direcionadas, especialmente, para o estudo de problemas e demandas de relevância, direta ou indiretamente, local e regional.

ESTRUTURA CURRICULAR

Como resultado do Encontro de Avaliação do Programa, realizado em junho de 2019, as linhas de pesquisa foram readequadas para dar maior unidade à área de concentração e maior integração entre elas. Assim, a área de concentração e as linhas de pesquisa do PPGD/UFPI são:

Direito, Democracia e Mudanças Institucionais (área de concentração); Mudanças Institucionais, Constituição, Democracia e Justiça (linha de pesquisa 1); Mudanças Institucionais e Efetividade do Direito na Ordem Social e Econômica (linha de pesquisa 2); e Mudanças Institucionais na Ordem Privada (linha de pesquisa 3).

ESTRUTURA CURRICULAR

MESTRADO ACADÊMICO EM DIREITO

Direito, Democracia e Mudanças Institucionais

Mudanças
Institucionais,
Constituição,
Democracia e
Justiça

Mudanças
Institucionais e
Efetividade do
Direito na
Ordem Social e
Econômica

Mudanças
Institucionais
na Ordem
Privada

INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR

O curso de Mestrado em Direito da UFPI tem a duração mínima de doze e máxima de vinte e quatro meses, incluída a defesa da dissertação, a contar do primeiro mês do início do semestre letivo de ingresso do aluno. Durante esse período, devem ser integralizados trinta créditos curriculares, distribuídos da seguinte maneira: vinte e quatro créditos de disciplinas e seis créditos relativos à elaboração e defesa da dissertação.

As disciplinas devem ser integralizadas considerando três núcleos curriculares:

- núcleo de fundamentação,
 - núcleo básico e
- núcleo complementar.

INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR

O núcleo de fundamentação é obrigatório para todos os alunos e formado por duas disciplinas, totalizando oito créditos:

- Fundamentos Contemporâneos da Teoria do Direito; e
- Metodologia da Pesquisa Jurídica.



INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR

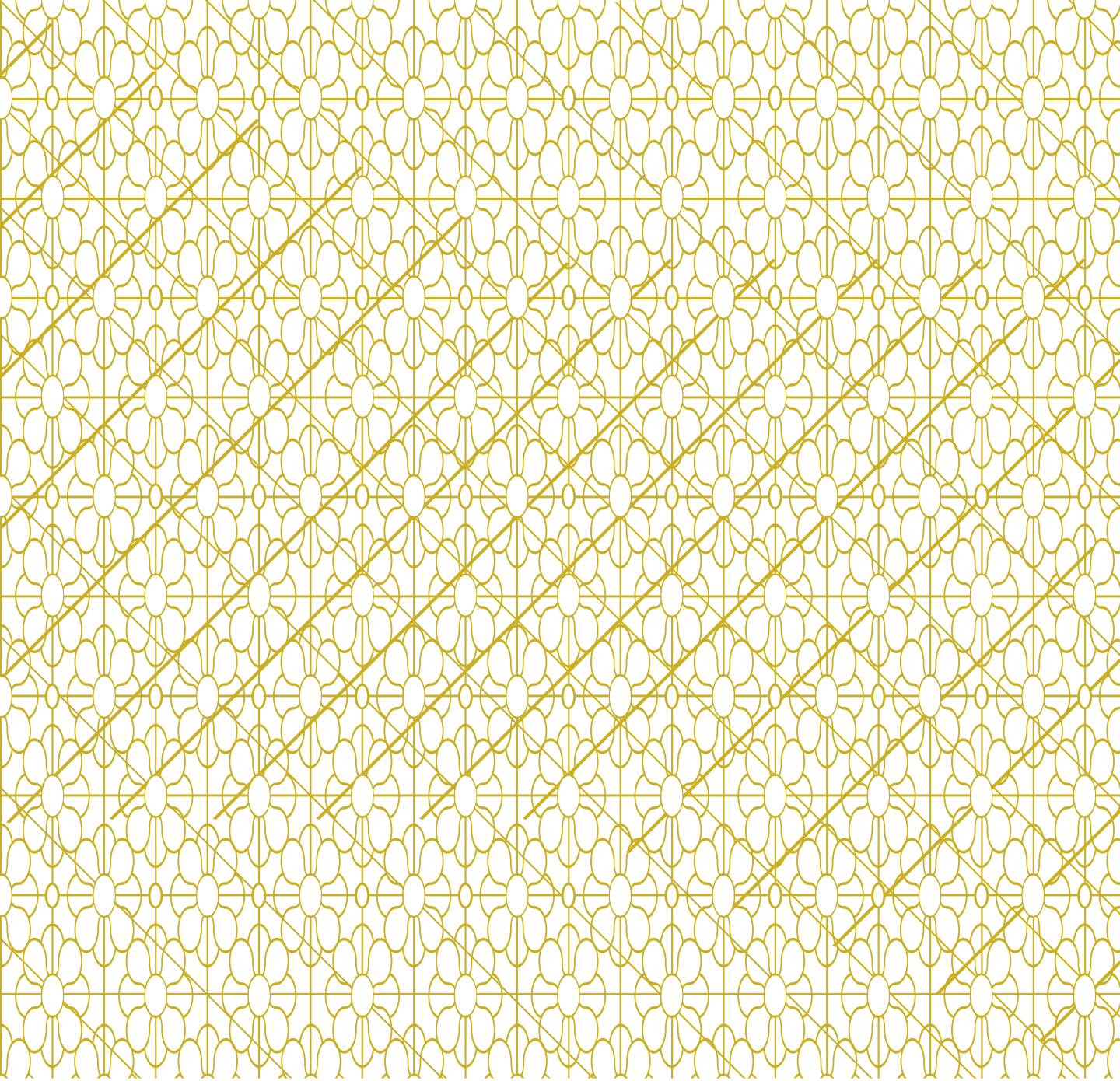
No **núcleo básico**, é obrigatória a integralização de oito créditos em disciplinas específicas da linha de pesquisa à qual o aluno esteja vinculado, a saber:

- Disciplinas da **linha de pesquisa 1**: Teorias da democracia e da justiça; Hermenêutica jurídica e jurisdição constitucional; Direito, filosofia e constituição moderna; Direitos fundamentais e cultura; Tópicos avançados sobre mudanças institucionais na ordem constitucional; Tópicos avançados sobre mudanças institucionais, democracia e justiça;
- Disciplinas da **linha de pesquisa 2**: Efetividade dos direitos da seguridade social; Direito econômico e teoria institucional; Avanço retórico e real dos direitos sociais; Direito administrativo e democracia; Tópicos avançados sobre mudanças institucionais na ordem social; Tópicos avançados sobre mudanças institucionais na ordem econômica;
- Disciplinas da **linha de pesquisa 3**: Mudanças na ordem civil brasileira; Relações de consumo na contemporaneidade; Novos paradigmas das relações jurídicas patrimoniais; Tópicos avançados sobre mudanças institucionais na ordem civil; Tópicos avançados sobre mudanças institucionais na ordem consumerista.

INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR

No núcleo complementar, cuja matrícula depende da autorização do orientador, é obrigatória a integralização de oito créditos em quaisquer das seguintes modalidades:

- (a) disciplinas do PPGD/UFPI (de qualquer linha de pesquisa); (b) disciplinas de outros cursos de pós-graduação stricto sensu reconhecidos pela CAPES; (c) publicação científica em coautoria com o orientador, de acordo com a seguinte equivalência: (c1) quatro créditos para publicação em periódico Qualis A1 ou A2 em direito e (c2) dois créditos para publicação em periódico Qualis A3 ou A4 em direito; e (d) até dois créditos para atividades acadêmicas complementares, nos termos da regulamentação pelo colegiado.



RECURSOS

CORPO DIRIGENTE

Coordenação da Área Direito / CAPES

Flaviane de Magalhães Barros

Bolzan de Moraes

Coordenadora da Área Direito / CAPES

Maria Vital da Rocha

Coordenadora Adjunto da Área Direito / CAPES



CORPO DIRIGENTE

Coordenação do PPGD
Mestrado Acadêmico em Direito



Nelson Juliano
Cardoso Matos



Raul Lopes de
Araújo Neto



Éfren Paulo
Porfírio de Sá
Lima



CORPO TÉCNICO

Secretaria do PPGD

Caio Emmanuel da Silva Costa

Gabriela Gomes

CORPO DOCENTE

	Linha de Pesquisa	Doutorado
Cleber de Deus Pereira da Silva	1	IUPERJ
Deborah Dettmam Matos	1	UFPR
Éfren Paulo Porfírio de Sá Lima	3	Salamanca
Francisco Meton Marques de Lima	2	UFMG
Gabriel Rocha Furtado	3	UERJ
Joseli Lima Magalhães	3	PUC/MG
Nelson Juliano Cardoso Matos	1	UFPE
Olívia Brandão Melo Campelo	1	PUC/SP
Raul Lopes de Araujo Neto	2	PUC/SP
Robertonio Santos Pessoa	2	UFPE
Samuel Pontes do Nascimento	2	PUC/MG
Sebastião Patrício Mendes da Costa	3	PUC/RS

CORPO DOCENTE



Cleber de Deus da Silva
Pereira



Deborah Dettmam Matos



Éfren Paulo Porfírio de Sá
Lima



Francisco Meton Marques
de Lima

CORPO DOCENTE



Gabriel Rocha Furtado



Joseli Lima Magalhães



Nelson Juliano Cardoso
Matos



Olívia Brandão Melo
Campelo

CORPO DOCENTE



Raul Lopes de Araújo Neto



Robertônio Santos Pessoa



Samuel Pontes do
Nascimento



Sebastião Patrício Mendes
da Costa



REPRESENTAÇÃO DISCENTE

Representação do Corpo Discente
no Colegiado do PPGD

Gustavo Nascimento Torres
2019/2020

Ana Luísa Melo Nogueira
2021

Saul Emmanuel de Melo Ferreira Pinheiro Alves
2022

NÚCLEOS DE PESQUISA



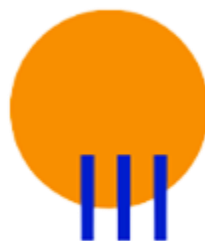
NÚCLEOS DE PESQUISA



**direitos coletivos no
contexto da democracia
e dos direitos humanos**
grupo de pesquisa

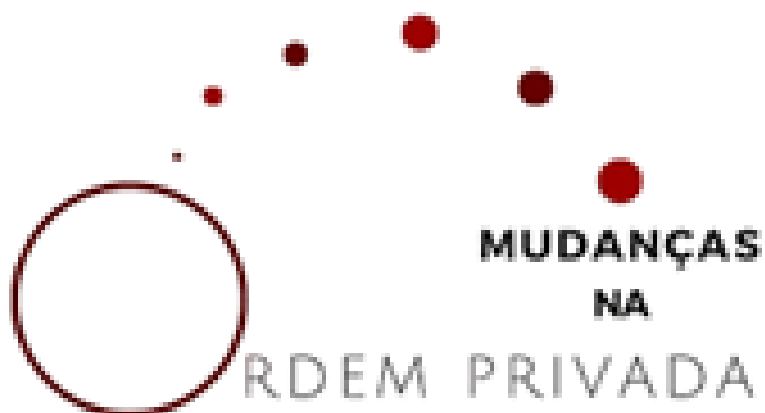
**Direito
Econômico e
Desenvolvimento**
Grupo de Pesquisa

N V P E J
NÚCLEO DE PESQUISA DA JUSTIÇA



Grupo de pesquisa
O Estado
na efetividade dos direitos
da Seguridade Social

NÚCLEOS DE PESQUISA



GRUPO DE PESQUISA

DIREITO CIVIL XXI

INSTALAÇÕES

O PPGD/UFPI está instalado no Bloco da Faculdade de Direito (Espaço Universitário Integrado 1 B), juntamente com o Departamento de Ciências Jurídicas e a Coordenação do Curso de Graduação em Direito. Nessas instalações, o PPGD/UFPI dispõe de espaços exclusivos, como: a Sala do Coordenador e de Reuniões, a Sala da Secretaria, o Laboratório de Pesquisas do Corpo Discente e duas Salas de Aula.

O Laboratório de Pesquisas do Corpo Discente dispõe de doze estações de trabalho, equipadas com computador e monitor e acesso à internet; cada sala de aula comporta até oitenta lugares e foram projetadas para adaptação em dois formatos: aula conferência ou mesa de discussões.

INSTALAÇÕES

As instalações do Bloco da Faculdade de Direito estão adaptadas para o adequado acesso e circulação de pessoas com mobilidade reduzida; inclusive com rampa de acesso ao piso superior e banheiros adaptados.



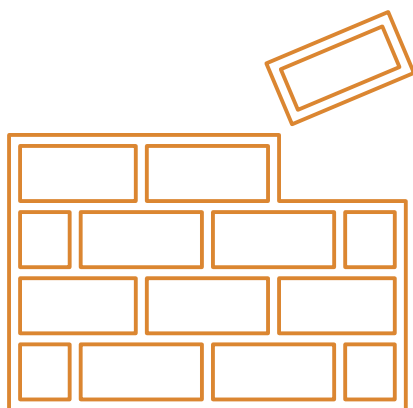
INSTALAÇÕES

Fora do Bloco da Faculdade de Direito, o PPGD/UFPI ainda dispõe de três espaços exclusivos: o Auditório Wilson Brandão (para 150 lugares), o Laboratório dos Grupos de Pesquisa, a Sala do Núcleo de Pesquisas da Justiça e a Sala do Instituto de Estudos Políticos e Constitucionais.



INSTALAÇÕES

A partir de recursos de emenda parlamentar da deputada federal Margareth Coelho, estão em construção as novas instalações do PPGD/UFPI.



INSTALAÇÕES COMPARTILHADAS

Compartilhado com as atividades da Graduação em Direito, o PPGD/UFPI dispõe de dez salas de aula adicionais para uso no turno da manhã e do Auditório Newton Lopes (com 80 lugares).

Compartilhado com outros programas de pós-graduação, o PPGD/UFPI dispõe: da Biblioteca Setorial Prof. Wilson Brandão, de Sala com 45 estações de estudo individual e três estações de estudo em grupo, do Auditório de Defesa de Tese, do Auditório de Videoconferência, da Sala de Múltiplos Newton Lopes e do Laboratório de Informática da Pós-Graduação.

BIBLIOTECAS

A UFPI conta com 26 bibliotecas. Das quais destacam-se a Biblioteca Comunitária Carlos Castelo Branco (biblioteca central) e a Biblioteca Prof. Wilson Brandão (biblioteca setorial).

O acervo das bibliotecas da UFPI dispõe de 82.868 títulos de livros, 249.936 exemplares de livros, 2.511 documentos em multimeios, 3.110 títulos de periódicos e 72.458 fascículos de periódicos.



ACERVO DIGITAL E REMOTO

O acervo físico das bibliotecas da UFPI é complementado por acervos virtuais disponibilizado por instituições conveniadas ou acervos virtuais de acesso público.

Contrato exclusivo para alunos e professores do PPGD/UFPI:

Revista dos Tribunais Online

acesso: <https://revistadostribunais.com.br/>

Portal Minha Biblioteca

acesso: <https://minhabiblioteca.com.br/>

ACERVO DIGITAL E REMOTO

Outros acervos virtuais de acesso público:

Portal de Periódicos CAPES/MEC (com 45 mil
publicações periódicas)

Biblioteca Digital de Teses e Dissertações –
BDTD/IBICT (com mais de 600 mil documentos)

SciELO – Scientific Electronic Library Online

SciELO Books

Editora Cultura Acadêmica (Unesp)

Project Gutenberg (com mais de 60 mil ebooks)

Biblioteca Digital do Senado Federal

Biblioteca Digital do STF

Portal Domínio Público

Spell - Scientific Periodicals Electronic Library

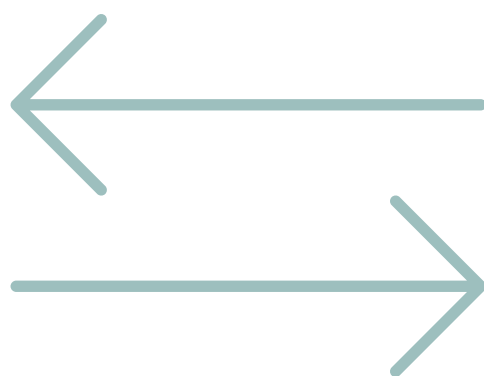
Internet Archive (Open Library)

Biblioteca Digital Jurídica (BDJur / STJ)

Biblioteca Virtual da Universidade de Cornell

ACERVO DIGITAL E REMOTO

A UFPI integra, também, o Programa de Comutação Bibliográfica – COMUT, que permite ao usuário solicitar cópia de artigos, capítulos, teses e outros documentos acadêmicos pertencentes ao acervo físico de outras bibliotecas brasileiras ou estrangeiras.



EGRESSOS

1ª Turma 2019/2020

WILLIAMS SILVA DE PAIVA

Justiça e direito à saúde: efetivação para além da judicialização

ANA LIGYAN DE SOUSA LUSTOSA FORTES DO RÊGO

A fragmentação do trabalho subordinado e as relações atípicas de emprego: novo paradigma da relação contratual trabalhista

ADALGISA COSTA MELO

Direito fundamental social à moradia: avanços retóricos e reais pós Constituição Federal brasileira de 1988

GABRIELA CRONEMBERGER RUFINO FREITAS PIRES

Consentimento informado como autodeterminação em matéria de saúde: capacidade para consentir e heterorepresentação.

CAIO VINICIUS SOUSA E SOUZA

Sinceridade e pragmatismo: o problema da linguagem insincera em decisões judiciais

CARLOS ALBERTO DA SILVA MOURA JUNIOR

A política econômica de incentivo ao setor privado de educação superior no Brasil: o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) sob a ótica do direito econômico

ISRAEL GONÇALVES SANTOS SILVA

Os limites interpretativos da jurisdição constitucional: o caso do artigo 52, X, da Constituição Federal

LUCAS ARAÚJO FORTES

O controle judicial da discricionariedade administrativa: uma reflexão sobre o estado atual da questão

GUSTAVO NASCIMENTO TORRES

Constitucionalismo progressista: aspectos teóricos sobre o controle de constitucionalidade de Emendas no Brasil

DANIEL TEIXEIRA BEZERRA

Privacidade, consentimento informado e proteção de dados pessoais na internet

EMMANUEL ROCHA REIS

Direito da energia: análise das mudanças institucionais sociojurídicas no cenário econômico sustentável de implantação da energia eólica no litoral piauiense

CARLOS MENDES MONTEIRO DA SILVA

A publicidade nas redes sociais e seus impactos na cultura do consumismo

EGRESSOS

2ª Turma 2020/2021

RÁIZA LUÍZA MOTTA ROCHA

Direitos além da fronteira: análise sociojurídica do (não) acolhimento de migrantes venezuelanos em Teresina-PI

ANA DANIELE ARAÚJO VIANA

Povos indígenas e o direito à saúde intercultural

KELSTON PINHEIRO LAGES

O Ministério Público Federal e o controle social da transparência: a efetividade da lei de acesso à informação no Brasil

RAFAEL VICTOR ROCHA FURTADO

Veto presidencial como controle preventivo de constitucionalidade e limite à criatividade judicial: uma análise do recurso especial nº 1.119.300/RS

SAMARA COELHO LUCENA

Restrições orçamentárias e direitos fundamentais sociais: análise tópica-sistêmica do direito à saúde no Brasil

JAIRO DE SOUSA LIMA

Audiência de custódia: efetividade e justiciabilidade dos direitos fundamentais sociais dos presos

GABRIEL DE ANDRADE PIEROTE

Repercussões jurídicas da revogação do consentimento informado

TALES ARAUJO SILVA

Regras para o impeachment no Brasil: estudo comparativo entre os julgamentos dos ex-presidentes Fernando Collor (1992) e Dilma Rousseff (2016)

MARIA ANGELA PAIVA MÜLLER DE VASCONCELOS

O termo de consentimento informado eletrônico para a contratação de serviços médicos no ambiente de saúde

FRANCISCO ALYSSON COSTA GOMES

O processo como instituição democratizante formadora da decisão jurisdicional no novo CPC

GUSTAVO RIBEIRO MARTINS

Salvaguardas constitucionais em situações de excepcionalidade: o direito constitucional do trabalho durante a pandemia covid-19

EGRESSOS

ANA LUIZA MASSTALERZ PIRES ARAGÃO

Youtubers mirins: análise da publicidade infantil e responsabilização nas relações de consumo

MARCELO LEONARDO DE MELO SIMPLÍCIO

A (re)configuração dos pilares do direito privado na sociedade digital: a nova contratualidade on-line na era do acesso e compartilhamento

PABLO EDIRMANDO SANTOS NORMANDO

A violação da boa-fé objetiva e do dever de informação no mercado de capitais: estudo de caso do instituto de resseguros do brasil

SABRINA GISLANA COSTA DA CUNHA

O direito fundamental social a saúde: mitigação da teoria da reserva do possível pela teoria do mínimo existencial, como forma de promoção da dignidade da pessoa humana

RODRIGO LUSTOSA VERAS

As reformas no regime geral de previdência social e a disfuncionalidade fático-normativa entre as ordens social e econômica

LETÍCIA PEREIRA LIMA

Neoliberalismo e precarização do trabalho no direito trabalhista brasileiro

POLLYANNA SOUSA COSTA TÔRRES

O valor social do trabalho na constituição federal de 1988: situação jurídica dos trabalhadores em plataformas digitais

ANA LUÍSA MELO NOGUEIRA

Desvendando o senado do Brasil: história, dogmática e dinâmica constitucional do Senado Federal

THAÍS SILVA ALVES

O povo como juiz constitucional: a viabilidade do recurso direto ao povo como mecanismo de dissolução de conflitos entre os poderes

PEDRITA DIAS COSTA

Responsabilidade civil dos influenciadores digitais em face da veiculação de publicidade ilícita no âmbito das relações de consumo

PERPETUA DO SOCORRO CARVALHO NETA

As políticas econômicas neoliberais e a precarização do trabalho docente no ensino superior privado sob a ótica do direito econômico

EGRESSOS

3ª Turma 2021/2022

LARISSA REIS FERREIRA

A proteção do emprego contra a despedida arbitrária no Brasil

REBEKA COELHO DE OLIVEIRA CARVALHO

Milícias digitais e filtragem por inteligência artificial: uma análise constitucional das exclusões de fake news disseminadas por milícias digitais pelas empresas gestoras dos fluxos comunicacionais online

LILIA MARTINS VILARINHO BRANDÃO DE PÁDUA

A contrarreforma trabalhista e os rumos da política econômica na promoção do desenvolvimento nacional

RAIMUNDO BARBOSA DE MATOS NETO

A concessão do salário-maternidade ao pai solteiro optante pela família monoparental a partir da maternidade subrogada

LUCAS ROSENDO MÁXIMO DE ARAÚJO

Benefício de prestação continuada: uma análise neoconstitucionalista

ANTONIO FABIO DA SILVA OLIVEIRA

Participação democrática mediata na administração pública: accountability diagonal nos tribunais de contas brasileiros

SAUL EMMANUEL DE MELO FERREIRA PINHEIRO ALVES

A antijuridicidade da legislação judiciária: uma noção de precedentes à luz da separação de poderes

SAULO LINHARES DA ROCHA

O estatuto proprietário da propriedade pública imobiliária e o dever de aproveitamento dos bens públicos federais

HELANNHA FRANCISCA NUNES DOS SANTOS

Oportunidades democráticas no governo eletrônico: participação social nas plataformas federais

LUCAS EMMANUEL FORTES DOS SANTOS

Publicidade algorítmica das redes sociais e a proteção do consumidor contra o superendividamento.

RAYANNA SILVA CARVALHO

A regulamentação sobre consentimento livre e esclarecido em tratamentos experimentais e a garantia dos direitos do paciente

ANTONIA MEIRA BRANDÃO CARDOSO

A viabilidade da uniformização nacional do processo de controle externo no âmbito dos tribunais de contas

EGRESSOS

ADONIAS RIBEIRO DE CARVALHO NETO

O equívoco persistente da afirmação de uma teoria purista da separação dos poderes na interpretação constitucional: a sucessão histórica das mudanças institucionais que impactaram a cláusula da separação dos poderes no direito norte-americano e a proposta hermenêutica de uma leitura constitucional ordinária

ROBERTO WANDERLEY BRAGA

O abuso do direito e a boa-fé: manifestações no âmbito processual e a limitação objetiva ao discricionarismo judicial

FRANCISCA CECILIA DE CARVALHO MOURA FE

A constitucionalidade das medidas restritivas de liberdade religiosa em face da pandemia de covid-19 no Brasil

THIAGO MENDES DE ALMEIDA FERRER

A atuação do Supremo Tribunal Federal na criação das regras eleitorais (*rule making*) da governança eleitoral brasileira

CAMILA MARTINS PARAGUASSU PAIVA CARVALHO

(aguardando defesa)

CORPO DISCENTE

4ª Turma 2022/2023

SAMILLE LIMA ALVES

ZORAIMA MENESES BRANDAO

MARIA CLAUDIA ALMENDRA FREITAS VELOSO

VANDO DA SILVA MARQUES

NATAN PINHEIRO DE ARAUJO FILHO

BRUNO SANTOS LIMA

BRUNNA BARROS CARVALHO MARTINS

ELAYNE KALLYNE BRAGA DA SILVA SOBRAL

LUANA AZEREDO ALVES

PAULO HENRIQUE CARVALHO ALMEIDA

FRANCK SINATRA MOURA BEZERRA

FRANCISCO ANDRÉ DOS SANTOS RODRIGUES

JAIRO VICTOR CANDEIRA BRAGA

ÁLISSE SANTOS ROCHA

CAROLINE DE CARVALHO LEITAO

CARLOS MÁRCIO GOMES AVELINO

CORPO DISCENTE

5ª Turma 2023/2024

DEBORA FONSECA LEITE

RÔMULO MOURÃO CAVALCANTE

GILMAR BRUNO RIBEIRO DE CARVALHO

ALEXANDRE HELVECIO ALCOBACA DA SILVEIRA

ALEXANDRE BENTO BERNARDES DE ALBUQUERQUE

MARIANE VELOSO SARAIVA DOS REIS

JOÃO VITOR DE OLIVEIRA VARÃO

CLIDENOR MARCOS VAZ CAMPELO

GESSICA MOURA FONTELES

LETICIA MARIA SILVA ANDRADE MAGALHAES

MARX NAIRO SOARES EVANGELISTA

ALYSSON FERNANDO PAIVA CHAVES

FILIFE HUDSON DE MACEDO PAZ

DANIEL DOUGLAS SEABRA LEITE

ISAAC DIEGO VIEIRA DE SOUSA E SILVA

COMISSÕES PERMANENTES

Comissão de Seleção e Admissão

Raul Lopes de Araujo Neto
Nelson Juliano Cardoso Matos
Éfren Paulo Porfírio de Sá Lima
Samuel Pontes do Nascimento

COMISSÕES PERMANENTES

Comissão de Bolsas de Pesquisa

Cleber de Deus Pereira da Silva

Robertônio Santos Pessoa

Joseli Lima Magalhães

Deborah Dettmam Matos

COMISSÕES PERMANENTES

Comissão de Avaliação do Programa

Gabriel Rocha Furtado

Francisco Meton Marques de Lima

Sebastião Patrício Mendes da Costa

Olívia Brandão Melo Campelo



COMISSÕES ADJUNTAS

Comissão Especial de Articulação Internacional

Sebastião Patrício Mendes da Costa

Éfren Paulo Porfírio de Sá Lima

Comissão Especial de Pesquisa

Samuel Pontes do Nascimento

Raul Lopes de Araújo Neto

Comissão Especial da Revista

Cleber de Deus Pereira da Silva

Nelson Juliano Cardoso Matos

COMISSÕES ADJUNTAS

Comissão Especial de Articulação Nacional, Regional e Local

Gabriel Rocha Furtado

Olívia Brandão Melo Campelo

Comissão Especial de Eventos

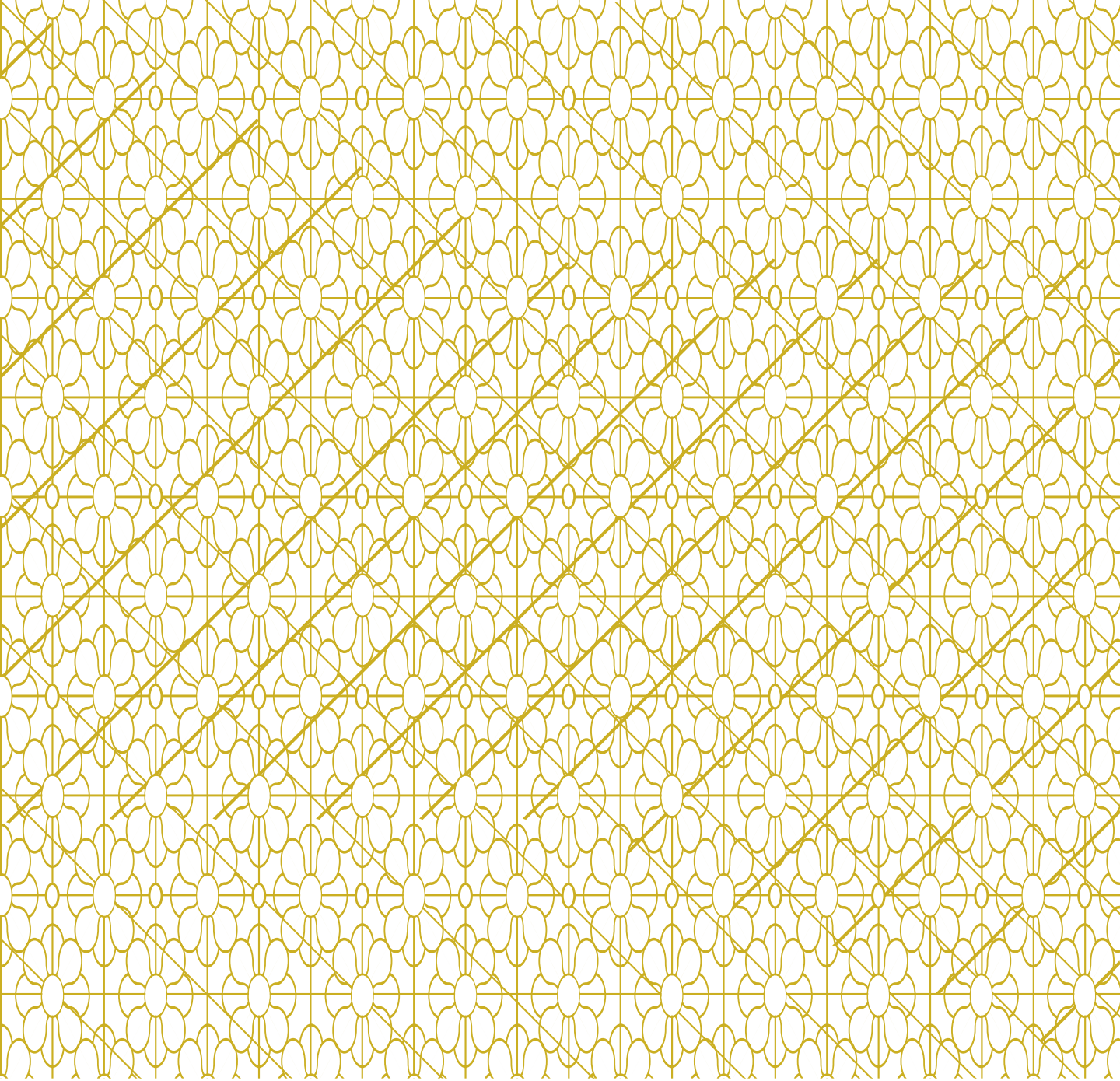
Deborah Dettmam Matos

Robertônio Santos Pessoa

Comissão Especial de Publicação e Acervo

Joseli Lima Magalhães

Francisco Meton Marques de Lima



MANUAL DO MESTRANDO

SELEÇÃO E ADMISSÃO

ALUNO REGULAR

O corpo discente do curso de mestrado em direito é constituído por todos os alunos regulares (ver o Regulamento Geral da Pós-graduação e o Regimento Interno do PPGD/UFPI).

A admissão de aluno regular ao curso de mestrado em direito do PPGD/UFPI será efetivada depois de processo seletivo anual regido por edital.

SELEÇÃO E ADMISSÃO

ALUNO ESPECIAL

A admissão de alunos especiais (ver o Regulamento Geral da Pós-graduação e o Regimento Interno do PPGD/UFPI) será feita por seleção específica, regida por edital aprovado pelo Colegiado do PPGD/UFPI, divulgada posteriormente ao resultado final da seleção anual para admissão de aluno regular. O aluno especial poderá matricular-se em até duas disciplinas isoladas oferecidas pelo PPGD/UFPI, a depender da disponibilidade de vagas e dos requisitos estabelecidos pelo colegiado e pelo professor da disciplina. A reprovação do aluno especial em qualquer disciplina importará no desligamento do PPDG/UFPI.

MATRÍCULA INSTITUCIONAL

A matrícula institucional e a matrícula curricular serão feitas pelo aluno aprovado na seleção de admissão, nos termos do Regulamento Geral da Pós-Graduação da UFPI.

Documentos para a matrícula institucional:

- Cópia do diploma de graduação;
 - Cópia do histórico escolar;
- Cópia da carteira de identidade (RG);
- Cópia do cadastro de pessoa física (CPF);
 - Cópia do comprovante de residência;
 - Foto 3x4;
- Cópia do certificado de quitação com o serviço militar (somente homens);
- Declaração de conhecimento da Resolução nº 189/07, com firma reconhecida em cartório;
- Atestado de proficiência em uma língua estrangeira.

DESLIGAMENTO

Casos de desligamento do Mestrado:

- Reprovação duas vezes na mesma disciplina ou em disciplinas distintas;
 - Reprovação no exame de qualificação;
 - Reprovação na defesa da dissertação;
- Não cumprimento do prazo máximo exigido para a conclusão do mestrado;
- Não efetivação da matrícula institucional inicial e curricular semestralmente;
 - Não atendimento das exigências do art. 45 do Regimento Interno do PPGD/UFPI.

ESTÁGIO DOCÊNCIA

O estágio docência é obrigatório para todos os alunos do Mestrado em Direito da UFPI.

No estágio docência da UFPI, o aluno do mestrado desenvolve atividades de ensino da graduação sob direta e rigorosa supervisão do docente orientador. As regras de UFPI estabelecem limites para essa atividade e exige relatório minucioso do que se fez e dos resultados obtidos para o aluno. O relatório precisa ser aprovado pelo docente orientador, pelo chefe do departamento, pelo coordenador do curso de graduação e pelo colegiado do PPGD/UFPI.

ORIENTAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

Cada aluno regularmente matriculado no Mestrado em Direito estará vinculado a um orientador de dissertação, docente da categoria permanente do PPGD/UFPI, designado pelo coordenador, por recomendação do respectivo coordenador adjunto da linha de pesquisa.



ORIENTAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

Atribuições do orientador:

- Auxiliar o aluno na organização de seu plano de estudo e na elaboração e execução do projeto de dissertação;
- Opinar sobre os pedidos de matrícula, cancelamento, trancamento e prorrogação do prazo de conclusão do curso de mestrado;
- Por o sinal de visto no requerimento de depósito:
 - do projeto de dissertação para o 1º exame de qualificação;
 - da versão preliminar da dissertação para o 2º exame de qualificação; e
 - da dissertação para a defesa;
- Recomendar ao coordenador e ao colegiado, conforme o caso, a composição das bancas do exame de qualificação e da banca julgadora da dissertação;
- Presidir as bancas de exame de qualificação e a banca julgadora da dissertação;
- Supervisionar o estágio de docência do respectivo orientando.

EXAME DE QUALIFICAÇÃO

O processo de exame de qualificação é constituído de duas etapas:

- 1ª etapa: avaliação do projeto de dissertação, no prazo de seis meses;
- 2ª etapa: avaliação da versão preliminar da dissertação, no prazo de doze meses.

O procedimento do exame de qualificação, submetido à banca de avaliação, será precedido de requerimento do aluno, com anuência do orientador. Em cada etapa, a banca atribuirá a menção “reprovado” ou “aprovado”.

A banca da 1ª etapa do exame de qualificação, designada pelo coordenador, será composta pelo orientador, que a preside, e por um titular. A banca da 2ª etapa do exame de qualificação, designada pelo coordenador, será composta pelo orientador, que a preside, e por dois titulares.

DEFESA DA DISSERTAÇÃO

Para a defesa da dissertação, o aluno deverá ter integralizado todos os créditos exigidos em disciplinas e ter obtido aprovação no exame de qualificação. A defesa será precedida do depósito da versão completa da dissertação, acompanhado de requerimento do aluno, com anuência do orientador. O requerimento de depósito será apresentado em até vinte meses, a contar da data da matrícula institucional.

A banca julgadora da dissertação, designada pelo colegiado, será composta por três examinadores titulares:

- Orientador (presidente);
- Examinador do corpo docente do PPGD/UFPI; e
- Examinador externo ao PPGD/UFPI, com residência em estado diferente do Piauí e, preferencialmente, vinculado a programa de pós-graduação em direito.

DEPOIS DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO

Sem prejuízo das exigências para obtenção do título de mestre, no prazo improrrogável de um mês, a contar da data da defesa da dissertação, o aluno depositará junto à secretaria:

- Sete exemplares da versão final da dissertação, impressos e encadernados;
- Um CD-ROM, gravado com cópia do arquivo eletrônico da versão final da dissertação, em formato portátil de documento (pdf);
- Comprovante de regularidade junto às bibliotecas e tesouraria da UFPI;
- Cópia do comprovante de envio de pelo menos um artigo científico originário da dissertação, para fins de publicação em periódico indexado pela CAPES em Qualis "A" ou "B", internacional ou nacional, da Área Direito.

EXPEDIÇÃO DO DIPLOMA

Sem prejuízo de outras condições, para requerer a expedição do diploma de Mestrado em Direito, o aluno deverá atender aos seguintes requisitos:

- Estar vinculado ao PPGD/UFPI como aluno regular;
- Ter integralizado todos os créditos da estrutura curricular do Curso de Mestrado em Direito do PPGD/UFPI, nos termos deste regimento;
- Ter sido aprovado no Exame de Qualificação e na Defesa de Dissertação;
- Ter depositado, na Secretaria:
 - 2 exemplares da versão final da Dissertação, impressos e encadernados;
 - 2 discos compactos de memória apenas de leitura (cd-rom), gravados com cópia do arquivo eletrônico da versão final da dissertação, em formato portátil de documento (pdf);
 - cópia da ata da respectiva defesa;
 - comprovante de regularidade (nada consta) expedido pela Biblioteca Central da UFPI;
 - comprovante de regularidade expedido (nada consta) pela Pró-Reitoria de Administração e pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação.

PRAZOS PARA A 4ª TURMA 2022 - 2023

Matrícula Institucional: fevereiro de 2022

Início das aulas: março de 2022

1ª Etapa do Exame de Qualificação: agosto de 2022

Requisito para a 1ª Etapa da Qualificação: uma publicação (ou aceite, ou envio) de artigo em periódico B4 ou superior (em coautoria com docente permanente do PPGD/UFPI)

2ª Etapa do Exame de Qualificação: fevereiro de 2023

Requisito para a 2ª Etapa da Qualificação: uma publicação (ou aceite) de artigo em periódico B2 ou superior (em coautoria com docente permanente do PPGD/UFPI)

Depósito da Dissertação para Defesa: dezembro de 2023

Requisito para a Defesa da Dissertação: uma publicação (ou aceite) de artigo em periódico A2 ou superior (em coautoria com docente permanente do PPGD/UFPI)

Defesa da Dissertação: fevereiro de 2024

PRAZOS PARA A 5ª TURMA 2023 - 2024

Matrícula Institucional: fevereiro de 2023

Início das aulas: março de 2023

1ª Etapa do Exame de Qualificação: agosto de 2023

Requisito para a 1ª Etapa da Qualificação: uma publicação (ou aceite, ou envio) de artigo em periódico B4 ou superior (em coautoria com docente permanente do PPGD/UFPI)

2ª Etapa do Exame de Qualificação: fevereiro de 2024

Requisito para a 2ª Etapa da Qualificação: uma publicação (ou aceite) de artigo em periódico B2 ou superior (em coautoria com docente permanente do PPGD/UFPI)

Depósito da Dissertação para Defesa: dezembro de 2024

Requisito para a Defesa da Dissertação: uma publicação (ou aceite) de artigo em periódico A2 ou superior (em coautoria com docente permanente do PPGD/UFPI)

Defesa da Dissertação: fevereiro de 2025

PLANO DE TRABALHO (RECOMENDAÇÃO)

1ª Semestre

Matrícula institucional

Matrícula curricular

Duas disciplinas obrigatórias

E outra recomendada pelo orientador

Publicação de um artigo em periódico B4

Atividades complementares

Colaboração nos grupos de pesquisa vinculados ao PPGD

Colaboração na revista Arquivo Jurídico

Colaboração nas séries editoriais vinculadas ao PPGD

Colaboração nos eventos acadêmicos vinculados ao PPGD

PLANO DE TRABALHO (RECOMENDAÇÃO)

2º Semestre

Matrícula curricular

Disciplinas recomendadas pelo orientador

Qualificação do projeto de pesquisa

Publicação de um artigo em periódico B2

Estágio docência

Atividades complementares

Colaboração nos grupos de pesquisa vinculados ao PPGD

Colaboração na revista Arquivo Jurídico

Colaboração nas séries editoriais vinculadas ao PPGD

Colaboração nos eventos acadêmicos vinculados ao PPGD

PLANO DE TRABALHO (RECOMENDAÇÃO)

3º Semestre

Matrícula curricular

Disciplinas recomendadas pelo orientador

Qualificação da dissertação

Publicação de um artigo em periódico A2

Estágio docência



PLANO DE TRABALHO (RECOMENDAÇÃO)

4º Semestre

Matrícula curricular

Disciplinas recomendadas pelo orientador

Depósito da dissertação

OUTRAS INFORMAÇÕES

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO – PPGD

Endereço: Bloco do Direito (Espaço
Universitário Integrado 1 B), Campus Ministro
Petrônio Portela, Teresina - PI

Endereço eletrônico: <https://ppgd.ufpi.edu.br>

E-mail: secretaria.ppgd@ufpi.edu.br

Telefone: 3237-2199

OUTRAS INFORMAÇÕES

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO - PRPG

Endereço eletrônico: www.ufpi.br/prpg

E-mail: prpg@ufpi.edu.br

Telefone: 3215-5565

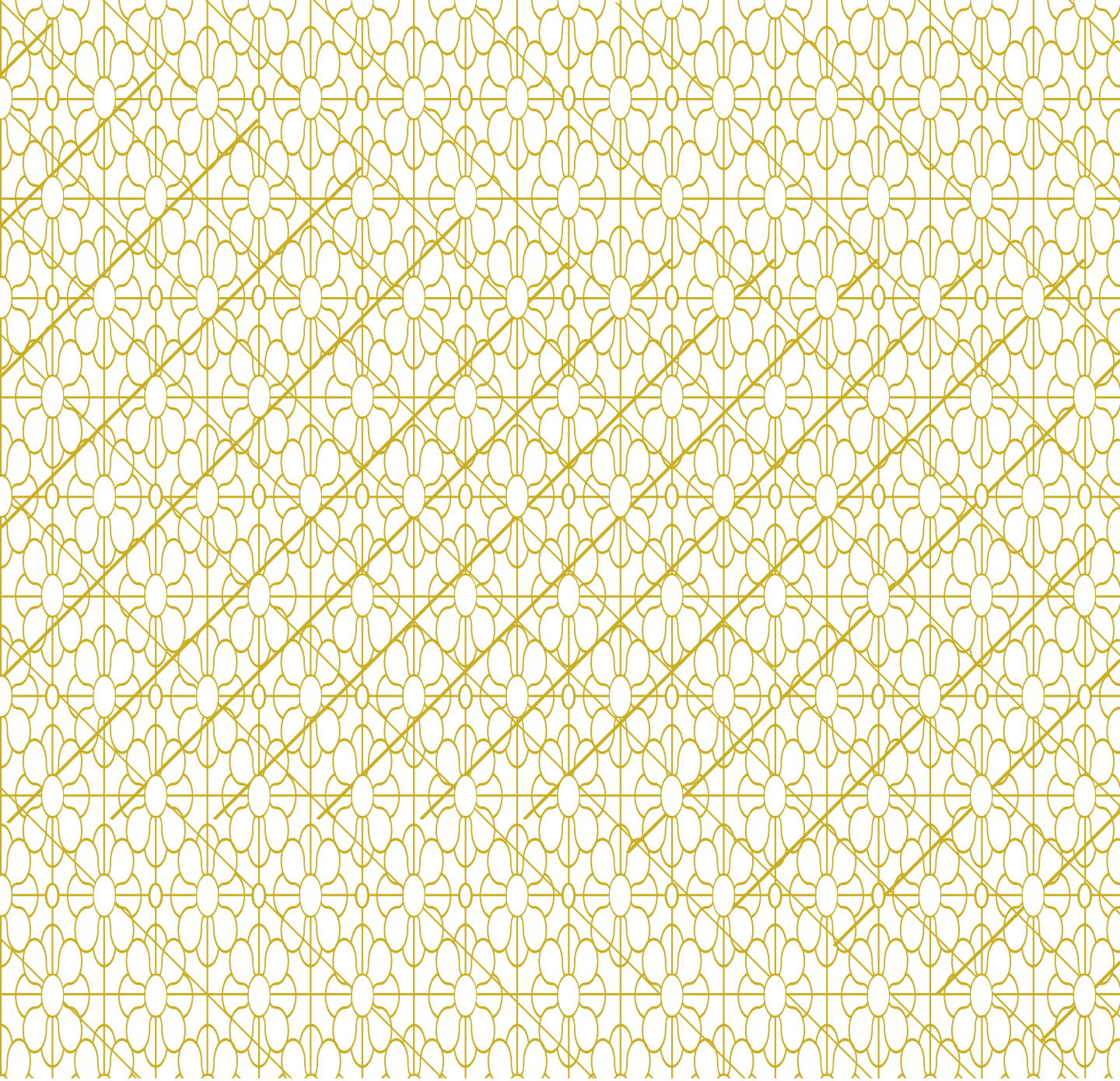


OUTRAS INFORMAÇÕES

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE
PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES

Endereço eletrônico: www.capes.gov.br

Email: 26.dire@capex.gov.br



PPGD VIRTUAL

PPGD NA INTERNET

<https://ppgd.ufpi.edu.br>

Programa de Pós-Graduação em Direito
Universidade Federal do Piauí

Apresentação

O Mestrado Acadêmico em Direito da Universidade Federal do Piauí foi instituído pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFPI, em novembro de 2017, e autorizado pela CAPES em dezembro de 2018. A primeira seleção para ingresso de alunos ao Mestrado foi realizada entre janeiro e abril de 2019 e a primeira turma do Mestrado iniciou suas atividades em maio do mesmo ano.

Vinculado à unidade administrativa denominada Programa de Pós-Graduação em Direito - PPGD, integrante da estrutura organizacional do Centro de Ciências Humanas e Letras, o PPGD/UFPI oferece curso de pós-graduação stricto sensu, nível mestrado acadêmico, na área de concentração Direito, Democracia e Mudanças Institucionais. A área concentração se desdobra em três linhas de pesquisa, a saber: Linha 1 - "Mudanças Institucionais, Constituição, Democracia e Justiça", Linha 2 - "Mudanças Institucionais e Efetividade do Direito na Ordem Social e Econômica", e Linha 3 - "Mudanças Institucionais na Ordem Privada".

A Universidade Federal do Piauí (UFPI) é uma instituição federal de ensino superior vinculada ao Ministério da Educação. A UFPI é sediada na cidade de Teresina e com campi nas cidades de Parnaíba, Picos, Floriano e Bom Jesus. Atualmente, a UFPI conta com 11 unidades acadêmicas (centros e campi), com mais de 100 cursos de graduação e com mais de 30.000 alunos ativos, habilitando nos graus de bacharelado e licenciatura. Os cursos de graduação são oferecidos na modalidade presencial e, alguns (15), na modalidade a distância. A UFPI conta, também, com mais de 50 cursos de mestrado e doutorado.




Biblioteca digital



PPGD NA INTERNET

<http://www.posgraduacao.ufpi.br//PPGD/UFPI>



PPGD/UFPI
COORDENACAO DO PROGRAMA DE POS-GRADUACAO EM DIREITO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
<http://www.posgraduacao.ufpi.br//PPGD/UFPI>
Telefone/Ramal: Não informado

Programa Ensino Calendário Processos Seletivos Notícias Documentos

Outras Opções

- [Capes](#)
- [Faculdade de Direito da UFPI](#)

Últimas Notícias

Banca de DEFESA: SAULO LINHARES DA ROCHA

Uma banca de DEFESA de MESTRADO foi cadastrada pelo programa.
DISCENTE: SAULO LINHARES DA ROCHA
DATA: 15/02/2023
HORA: 10:00
LOCAL: Ambiente Virtual
TÍTULO: O ESTATUTO PROPRIETÁRIO DA PROPRIEDADE PÚBLICA IMOBILIÁRIA E O DEVER DE APROVEITAMENTO DOS BENS PÚBLICOS FEDERAIS
PALAVRAS-CHAVES: Direito de propriedade. Função social da propriedade. Estatutos

[+ Leia mais](#)

Mais Notícias

- » **02/02/2023** - Banca de DEFESA: SAUL EMMANUEL DE MELO FERREIRA PINHEIRO ALVES
- » **02/02/2023** - Banca de DEFESA: ROBERTO WANDERLEY BRAGA
- » **02/02/2023** - Banca de DEFESA: RAYANNA SILVA CARVALHO
- » **02/02/2023** - Banca de DEFESA: RAYANNA SILVA CARVALHO

[+ Leia mais](#)

Processos Seletivos

Veja abaixo os processos seletivos disponíveis para nosso Programa de Pós-Graduação.

Calendário

Fique por dentro dos eventos relacionados ao nosso Programa de Pós-Graduação.

10/03/2023 - 13/03/2023
* Matrícula para o período 2023.1.

20/03/2023
* Início do período letivo 2023.1.

[Clique aqui e saiba mais!](#)

PPGD NAS REDES SOCIAIS



@ppgdufpi
no Instagram



Mestrado em
Direito da UFPI
no YouTube

PPGD NAS REDES SOCIAIS



@21 republica
no Instagram



@grupoestadoufpi
no Instagram



@direitocivilxxi
no Instagram



@institutoepc
no Instagram



República UFPI
no YouTube



PROGRAMA DE PÓS-
GRADUAÇÃO EM
DIREITO

PPGD/
UFPI